

9. CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente projeto envolve questões sociais e ambientais, sem perder de vista sua influência na área de segurança, economia e estratégia de desenvolvimento regional, não só como política pública, mas também como instrumento de participação da sociedade, motivo pelo qual se configura um desenho que envolve o Poder Público em diferentes esferas, em parceria com a iniciativa privada e entes do terceiro setor.

Reitere-se que: o processo de ocupação revela a expansão da sociedade sobre as áreas destinadas à proteção ambiental;¹ grande parte da população de baixa renda vem ocupando as encostas, vitimando pessoas cada vez mais, devido à frequência de escorregamentos, pois a correlação entre a propagação ilegal e as eventualidades catastróficas são proporções consideráveis,² e os registros da Defesa Civil demonstram a gravidade do problema na região da Enseada.

Da totalidade das áreas de discussão fixadas no maciço, se pode elencar, como prejudiciais, as atividades de criação de animais domésticos, que entram em não conformidade com a diversidade local, pois, quando criados soltos invadem as áreas verdes, competindo com a fauna silvestre; a alteração da composição florística.³

Além disso, a captura de animais silvestres, com a existência de gaiolas de grande e médio porte ou viveiros em residências, estabelecimentos

¹ YOUNG, Andréia Ferraz; FUSCO, Wilson. *Espaços de Vulnerabilidade Sócio-ambiental para a População da Baixada Santista: Identificação e análise das áreas críticas, 2010*. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/admin/uploads/produções/artigo_final_abep_06.pdf>.

² SÃO PAULO. *Carta Geotécnica do Município de Guarujá*. Id ibid, 1989.

³ GUERRA, Antonio J. T.; LOPES, Patrícia B. M. *APA de Petrópolis: um estudo das características geográficas*. In: GUERRA, Antônio J. T.; COELHO, Maria C. N. *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

comerciais em locais de difícil acesso e visualização pública, demonstrando a extração e guarda da fauna, para o comércio ilegal.⁴

Atividades citadas acima concorrem com a especulação imobiliária, na remoção de vegetação natural para o plantio de outras espécies, que também competem com a fauna, podendo ser responsáveis pela diminuição, até o desaparecimento, de grupos que antes ali habitavam.⁵

Segundo informação do projeto em sua primeira edição, este quadro modifica o paisagismo da cidade. Os locais invadidos são condutores de um alto grau de risco de vida aos seus moradores, que carecem de saneamento básico, fazendo com que os resíduos gerados impliquem diretamente na balneabilidade da Estância. Além do prejuízo às populações locais, há um forte impacto na vocação turística da cidade.

A realização de projetos socioambientais, como acontece com outros tipos de projetos, sempre caminha razoavelmente em sua fase de planejamento, uma vez que, nesse momento, se lida com ideias e diagnósticos. Porém, a grande dificuldade reside na efetiva implantação, face à necessidade de adequar e racionalizar os meios humanos e materiais, que nem sempre estão disponíveis na forma e quantidade necessárias.

O projeto em questão passou a considerar instrumento da maior importância a construção prevista de um quartel da Polícia Ambiental, na parte central da Enseada, fruto de uma compensação entre a empresa Sobloco Construtora S/A e a Prefeitura Municipal.

O quartel estava programado, inicialmente, para abrigar a sede do 3º Batalhão de Polícia Ambiental, de onde se coordena todas as ações preventivas

⁴ MELE, João Leonardo. *A proteção do meio ambiente natural: Preceitos internacionais de proteção ambiental - Ordenamento histórico, jurídico de proteção do meio ambiente natural do Brasil - Manual de fiscalização dos recursos naturais*. Santos: Petrobrás, 2006, p.154/155.

⁵ GUERRA, Antonio J. T.; LOPES, Patrícia B. M. *APA de Petrópolis: um estudo das características geográficas*. Op cit, 2009.

e repressivas de proteção ambiental, no litoral do Estado, Vale do Ribeira e Vale do Paraíba.

Nesse diapasão, houve contato com a Instituição, no sentido de composição para desenvolvimento de parceria de projetos socioambientais, quesito em que a Polícia Ambiental possui vasta experiência, particularmente, nas questões de educação ambiental.

A intermediação entre a Prefeitura Municipal e a Polícia Ambiental tornou-se imperativa, tendo em vista que o ajuste da Empresa Sobloco com a Prefeitura Municipal era decorrente de obrigações entre as partes, tendo como beneficiária a Polícia Ambiental, que edificaria em uma área institucional da Prefeitura.

Nessas negociações houve a participação do Comando do 3º Batalhão de Polícia Ambiental, do prefeito da época e de sua assessoria de meio ambiente, bem como, da Empresa Sobloco e seus representantes.

A área objeto da construção é ladeada, na sua face direita, por residências de loteamento de alto padrão, porém, na sua face esquerda, confronta com moradias subnormais, que invadem espaços de forma totalmente aleatória, com gravíssimos prejuízos ao meio ambiente.

Há que se esclarecer que o local em questão, ainda que bastante deteriorado pelas invasões e circulação de pessoas, possui remanescente de vegetação nativa, que deve ser preservada e restaurada, atendendo o que preconiza a Lei da Mata Atlântica e o Plano Municipal de Preservação desse importantíssimo bioma.

Durante o trâmite dessas negociações, houve contato entre o Comandante da Polícia Ambiental, Coronel Ronaldo Severo Ramos, e o Comandante do Policiamento Ostensivo na Região da Baixada Santista, Coronel Orlando Eduardo Geraldi, aventando-se a possibilidade de ocorrer, no mesmo

local onde seria implantada a Polícia Ambiental, também a sede do Batalhão da Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo da cidade de Guarujá.

Tal ideia ganhou força porque o espaço físico no terreno permitia tal implantação e houve concordância da Empresa Sobloco em dividir a construção em duas unidades distintas de prestação de serviços.

Foi decisivo e fundamental, nesse processo, o espírito público do Coronel Ronaldo Severo Ramos, da Polícia Ambiental, que se dispôs a ceder parte do terreno e da área construída para o policiamento ostensivo, criando, por consequência, uma central de atendimento para os dois serviços.

Nessa intermediação, os comandantes se dispuseram a desenvolver, nessas instalações, programas socioambientais de conscientização e educação ambiental, através da Polícia Ambiental, e de combate à violência e afastamento do uso de drogas, pela polícia ostensiva.

Para essa implantação de projetos socioambientais utilizar-se-ia mecanismos que as instituições já possuem na área de educação ambiental e no PROERD-Programa de Resistência ao Uso de Drogas e Violência.

Após várias reuniões e todos os detalhes ajustados entre as partes, aguardava-se pela manifestação da Secretaria de Meio Ambiente, para que, na área em questão, fossem efetivadas pela Sobloco as construções dos quartéis, sem custas para o Estado e o Município, beneficiando a coletividade e as instituições envolvidas.

O projeto foi concluído e, no transcorrer de 2.009, as ações foram centradas na construção dos quartéis, por se entender que seria um ótimo ponto de partida para efetivar as primeiras ações sociais e ambientais, na região escolhida como piloto, para ser revitalizada. Essas questões caminharam bastante e os projetos arquitetônicos chegaram a ser elaborados, com aquiescência dos comandos do policiamento ostensivo e ambiental.

Ocorre, no entanto, que para implantar os quartéis se fazia necessária a licença ambiental do Estado, que, por diferentes questões, não foi expedida em 2.009, impedindo a instalação desse equipamento público de importância tão vital.

Durante o transcurso do licenciamento ambiental da obra, foram criados óbices, que impediram a efetiva implantação dos quartéis e, nesse interregno, o Batalhão Ambiental mudou a sua sede, não tendo mais interesse de construir naquela região.

Dessa forma, a área em questão ficou disponibilizada, exclusivamente, para o quartel da PM, podendo nela se desenvolver um grande projeto físico e social. Diante desses fatos, o Coronel Sergio Del Bel Junior, comandante regional da Polícia Militar na época, decidiu retomar e levar adiante não só a construção física do quartel, mas, principalmente, desenvolver na região um trabalho social de grande amplitude com a população, tendo por foco o combate à violência, o uso e tráfico de drogas e a proteção socioambiental.

Em razão do que se assinalou pelo comando da PM, a prefeitura municipal retomou os trabalhos de licenciamento, através de sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente, dando, novamente, viabilidade técnica ao projeto e, conseqüentemente, uma nova e real possibilidade de ele ser efetivado, como previsto no ano anterior.

Com um grande esforço de muitas pessoas do Poder Público, e outras, envolvidas nesse projeto, o governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Meio Ambiente, na figura do seu secretário adjunto, Dr. Rubens Risek, se sensibilizou pela implantação desse equipamento de interesse público e, com grande empenho, agilizou a licença ambiental para a execução da obra.

Com a licença em mãos, a prefeitura municipal executou as obras de base com a limpeza do terreno. Entretanto, parte da área ainda precisa sofrer intervenção municipal, tendo em vista que algumas construções irregulares se

encontram na área e deviam ser realocadas, a fim de que se pudesse dar início às obras.

Na atualidade, deslocadas essas famílias, pode se dar início à construção que receberá concomitantemente os projetos de grande alcance social, de segurança pública e ambiental.